

A COMUNA

SEMANARIO COMUNISTA ANARQUISTA

ANO V—SÉRIE II

PREÇO: CONTINENTE e ILHAS, #25—AFRICA, #35—ESTRANGEIRO, #60

N.º 68 (158)—29-6-924

Redactor principal:
António Teixeira
Editor:
António José d'Almeida

PROP. DO GRUPO EDITOR DE A COMUNA
RED. e ADM.: Rua do Sol, 131—PORTO
CORR.: APARTADO 17—PORTO

Administrador:
José Rodrigues Reboredo
Comp. e imp. na Tip. A INTERMEDIARIA, Porta do Sol, 23

Em plêna lei da rôlha

Foi sempre tarefa difícil e arriscada o dizer-se, com toda a clareza e ombridade, tôdas as verdades indispensáveis ao progresso moral e humano das sociedades.

A verdade, a razão e a justiça fôram, em todos os tempos, desde as épocas prehistóricas da teocracia até aos áureos períodos do capitalismo republicano, inimigos irreconciliáveis do embuste, da farsa, da hipocrisia, do tráfico.

A guerra tenaz entre êstes elementos que tam vigorosamente se repudiam, jamais tiveram um momento de tréguas, jamais terão um momento de descanso enquanto o completo e perfeito esclarecimento humano não banir, de vez, todo o sistema poltrão de entrulhões, de piratas e de assassinos... legalmente constituídos...

O que se acocora na sombra dos mistérios da harpia, perturba-se quando, pela fresca da indignação do expoliado, surge, ainda que ténue, um raio de luz que possa descobrir a truculenta ninhada de ratos a roer, insatisfeitamente, o pão do semelhante...

O que, para se acamaradar com o bandido escravagista e envenenador, desce às turbas a prègar monstruosidades metafísicas, pelas quais quer fazer crêr que há um barbaçanas sem idade definida, porque *foi e é eterno*, que tem todo o poder nos pêlos do seu rosto e à ponta dos quais estão prèsas tôda a nossa vida, tôda a nossa sorte, tôda a nossa miséria ou a nossa felicidade, as nossas dôres ou suavidades terrestres e celestes — exaspera-se quando, pela estrada sinuosa dos sacrifícios, lhe aparece, inopinadamente, o pacato investigador a afirmar que, para além

do infinito... apenas existem estas paredes: o próprio infinito, sendo *blague*, pulhice, mentira, para panaceico uso de cavilosas explorações, a permanência dum deus ratão que caiu na divertida e atrapalhada antecipação, de *criar* primeiro a terra, fazer-lhe a noite e o dia, acender-lhe a luz... de *sêbo de holanda*, com carácter provisório, fazer-lhe depois a abóbada do firmamento para, só passados três dias, se lembrar de fabricar, só num dia, coisas milhões de vezes maiores do que aquilo que lhe levou a construir em três: — os dois-luzeiros que presidem, um ao dia e outro à noite, àlêm das miríades de estrelas...

O que, vergado ao pêso duma sabedoria convencional e arcáica, se coliga com a bicharada humaniforme do passado odioso e *produz* engenhos mortíferos em cuja devastadora ceifa vão as imposições violentas dos dogmas e fórmulas da usurpação e bródio burgueses e estatais — arripia-se, assusta-se, vocifera ininteligíveis monossilabos quando, pela prôa, e com a completa consciência dos seus conhecimentos, aparece o sábio moderno a gritar-lhe que a química, que a física, que a matemática, que a mecânica, que a ciência, enfim, em todo os seus variados aspectos, são para benefício da humanidade inteira sem excepção alguma, para a facilidade da verdadeira vida entre gente e não entre garotos agaloados, e não para exclusivo interesse de monopólios de companhias, empresas, *trusts* e comparsas ministeriáveis que já há muito perderam o carácter, a vergonha, a sensibilidade — restando-lhe de humano apenas as formas da estampa com que a Natureza os dotou.

A luta, pois, entre os homens de consciência e os homens sem escrúpulos, é tremenda — e tanto mais tremenda, quanto mais abandonado fôr o país em que se vegete.

Nêste caso está o nosso velho e fidalgo Portugal...

Adentro das suas fronteiras, existe uma extensíssima e verminosa cloaca que nos contamina, envenena, tuberculiza, apodrece...

Os miasmas, provenientes das repugnantes exalações, espalham-se, aos *milhões*, pelo nosso ambiente já de si pestífero.

Cra nessa retrête nacional entrincheiram-se, moral e juridicamente abadalhocadas, as quadrilhas plutocráticas que teem pôsto a nação, juntamente com o *seu* povo, em liquidação ruinosa.

Mas, para que os dejectos, os resíduos intestinais dum país em enterite — a moagem, a finança, a indústria, o comércio, a burocracia, a política, a cumplicidade e conúbio ministeriais e parlamentares — não sejam vistos pelos *turistas*... que *viligietam* pela desgraça, pela desdita, pela miséria resultantes dos grandes escândalos, e para que não lhes cheire também mal — os colossais órgãos jornalísticos, os principais orientadores da *opinião*, constituem-se em serapilheira imunda e esforçam-se por tapar, convenientemente, o *buraco* redondo da travessa comuatória...

E' num momento dêstes, quando tudo pensa estar arrumado e vedado aos olhares públicos, que surge a verdadeira imprensa, moderna e honesta, moralizadora e intemerata — *A Batalha*... a qual, batalhando contra o preconceito, contra a sociedade velha, contra a tirania, contra o regime iníquo da exploração do homem pelo homem, fez saltar o *fecho* à porta, arrancou-a das suas dobradiças e deixou, à plena luz do sol, o exterior da fedorenta latrina.

Verificou-se, então, que os órgãos da grande informação

pública, que os jornais corroídos pela venalidade, de tampas circulares tinham passado a manchadas, ennegrecidas *teias de aranha*, cortinando, em largos e compridos cortes de tecido, as paredes viscosas da necessária... Através a sua transparência, viu-se logô tôda a sua sujidade.

¿O que sucedeu? Que em vez, como aconselhava a boa hygiene, dos cloaqueiros oficiais da justiça portuguesa varrerem o estêrco, removerem a... (aqui intervem Cambronne) para o profilático monturo e empiparem a água choca afim de a despejarem no campo próprio da saneação — eles desataram à vassourada... das apreensões arbitrarias e violentas sobre o nosso colega *A Batalha*, porque, borrados também com as chapinações da imundície, não podem ouvir a recomendação do órgão da C. G. T. para que vão todos... tomar banho, esfregando o corpo moral com a penitente vassoura de arame...

Estas perseguições contínuas, êstes atentados, despóticos e anticonstitucionais, contra a liberdade de imprensa e de crítica aos gatunos — definem bem a podridão do regime republicano, em completa falência...

Resta-nos isto: protestar contra os abusos, saúdar o interme-rato órgão sindicalista e continuar nos nossos preparativos para o grande dia em que todos os tiranos hão-de beijar o pó das estradas...

SOLIDARIEDADE

Recordemo-nos sempre dos presos por questões sociais. E enquanto preparamos os melos para destruir todos os cárceres, contribuamos simultaneamente com o nosso óbulo para lhes minorar o sofrimento, bem como o sofrimento das suas famílias.

CARLOS MARX E O ANARQUISMO

(CONCLUSÃO)

IV

Em realidade, a terra não pode ser considerada como propriedade privada em consequência de ser tão necessária à nossa existência, como o ar, a luz e a água. Por isso é necessário que a sociedade organize os trabalhos da terra em benefício de todos. Mas, desgraçadamente, confunde-se o direito de propriedade com o direito de posse. Assim, Cícero, o grande filósofo e orador romano, compara a terra a um teatro. O teatro — diz ele — pertence a todos; no entanto cada espectador tem o seu lugar.» Proudhon não admite que este exemplo constitua uma justificação do direito de propriedade: pelo contrário, considera-o como a sua negação. A própria comparação é uma confirmação da igualdade. Eu não posso ter mais do que um lugar no teatro; e não é possível que eu me encontre simultaneamente na galeria e no palco. O homem tem o direito de posse, mas não tem o direito de propriedade. «E que devemos entender por «direito de posse?» O direito de cada um sobre tudo o que lhe faz falta para o trabalho e para a satisfação das suas necessidades naturais. Por consequência, a justificação da propriedade por meio da ocupação, não é uma justificação, porque prova que se aboliu um direito natural pela monopolização forçada, e que «a propriedade é um roubo.» E não é Proudhon o único a chegar a esta conclusão, visto que nos demonstra que todos os partidários da «doutrina da ocupação», desde Grotius a Cousin, devem chegar, necessariamente, ao mesmo resultado no caso de terem a inteligência precisa para tirarem as consequências lógicas das suas teorias.

O segundo argumento da justificação da propriedade é o da «lei civil». Os principais representantes desta tendência, como, por exemplo, Pothier, declaram que a propriedade, da mesma forma que a monarquia, constitui um direito divino. «Deus criou a terra com todas as suas coisas para uso do homem» — diz Pothier. Numa palavra, a terra, para este economista é uma prenda que Deus ofereceu a toda a humanidade. E se assim é, observa Proudhon, porque não me en-

tregam a parte que me pertence? Sobre este ponto, dizem Pothier e seus discípulos, que, mais tarde, quando os homens se tinham multiplicado, dividiram entre si a terra e tudo o que havia nela. Cada qual recebeu a sua parte, sendo isto a origem da propriedade privada. Em tal caso, as consequências destróiem o objectivo, isto é: Deus ofereceu a terra à humanidade; mas, devido à multiplicação dos homens, milhões deles perderam a sua parte. Igualmente a tese de que a prescrição da posse criou a propriedade, carece de fundamento, pois a prescrição não pode criar direito algum, do mesmo modo que não pode suprimir nenhum direito. Semelhante argumento é arbitrário e não tem base alguma.

A justificação da propriedade por meio do trabalho é também infundada. O trabalho pode justificar o direito de posse sobre uma fracção de terra, mas nunca o monopólio. Tenho direito sobre o fruto do meu trabalho; posso ter uma parcela de terra enquanto fizer uso dela para prover a minha existência e nada mais. Mas a explicação da propriedade por meio do trabalho constitui uma verdadeira contradição comparada com o Código Civil, que funda o direito de propriedade sobre a primeira ocupação. Se, apesar disso, os nossos economistas sustentam que o trabalho cria a propriedade, então o Código mente, mente a Constituição, e o nosso sistema social converte-se numa ofensa para a justiça. O único facto de que os defensores da propriedade se vejam obrigados a empregar diferentes teorias para justificar esta instituição, é uma prova concludente de que a sua consciência não está tranqüila, que se sentem culpados. Se o trabalho é, realmente, a mãe da propriedade, como que direito se justifica a herança?

Proudhon não passa por alto um só argumento dos economistas; e, desta maneira, descobre as suas contradições com uma lógica admirável. Também o último argumento, a justificação pelo acôrdo universal, encontra sua graça na sua dialéctica. A ideia de que os homens tenham fundado a propriedade por «acôrdo unânime,

é simplesmente ridícula. Nenhum homem alienará um direito por nada; e sempre tratará de adquirir outros direitos em troca dos limites dos seus. E também neste ponto se manifesta o princípio de igualdade. E ainda quando os homens renunciassem, por nada, aos seus direitos, abandonando-os voluntariamente, isso também não seria uma justificação do direito de propriedade, porque esse acôrdo seria ilegal. O homem não pode viver sem a liberdade e sem o trabalho. Estas duas coisas formam parte integrante da sua existência; e se entrega a terra, o meio mais importante para o trabalho, comete um crime, alienando a possibilidade de viver. E, por isso, o argumento do acôrdo universal em que se baseiam os economistas, não tem força alguma.

Com a sua lógica, Proudhon destrói todas as armas dos economistas. A velha afirmação de que as relações entre o proprietário e o produtor não são mais do que um problema de intercâmbio; que o dono aluga a sua terra ao agricultor, e o industrial os instrumentos de trabalho ao operário para que possam produzir, recebendo, pelo seu esforço, uma parte dos benefícios, é magistralmente refutada por Proudhon. O princípio de intercâmbio baseia-se na igualdade: o trabalho só pode ser trocado pelo trabalho. É esta uma das condições fundamentais da justiça social. Mas a terra do proprietário não pode produzir por si só, da mesma forma que os maquinismos do industrial, que não são uma coisa morta, são incapazes de criar, por si-próprios, seja o que for. Logo o intercâmbio entre o capitalista e o operário não se funda nos princípios da igualdade e da justiça, mas sim na força bruta e na exploração. O proprietário não é mais do que um parasita, um ladrão. E, consequentemente, a propriedade não é senão um direito inventado, tornando-se a sua existência numa monstruosidade...

O livro, *Que é a propriedade?*, constitui uma das obras mais geniais que produziu a literatura socialista francesa. E até aqueles que combateram Proudhon com as armas mais ignóbeis, como Carlos Marx e Frederico Engels, viram-se obrigados a reconhecer a grande importância desta obra. Com a aparição deste notabilíssimo trabalho anunciou-se uma nova tendência na ideologia socialista: a tendência antiautoritária que encontrou depois a sua expressão prática no movimento anarquista.

É verdade que algumas das ideias de Proudhon já tinham sido expostas no célebre trabalho do inglês William Godwin — *Investigações sobre a justiça política* (1793) e nos escritos sobre economia de João Grey. Mas estes livros eram quase desconhecidos no continente e não exerceram nenhuma influência nos países europeus. Só o livro de Proudhon abriu um caminho para as novas orientações dum socialismo livre e antigovernamental.

RODOLFO ROCHER.

ANTOLOGIA

O que é o parlamento

Gosto do parlamento como gosto dos toiros, para me esbontear um instante na mancha ondeante das cabeças, nos borbotinhos de entrada e saída, e finalmente, no investir do primeiro bicho.

Mas vá! que dez minutos volvidos, já todo o espectáculo se me tem repintado nitido na retina; e destruída a ilusão panorâmica da scena, o que resta são tristes figurinhas quase gebas, garbosas sem nobreza, audazes por simples dever profissional, e tam reumáticas, tam nulas, que, mesmo sob costumes de gala, se me afiguram votadas a uma vala de desdem precoce, e de misericordioso esquecimento.

Pasma-se com efeito da chusma de idiotas, que lá em baixo grasnam, á mistura com velhos sacripantas, com velhos aborrecidos, com estadistas mancos; e quase faz pena vêr agitarem se inutilmente, entre o rir duns, os ápartes doutros, a saída destes, e as costas voltadas daqueles, duas figuras ou três, de revoltados...

Não há escritor falhado, não há filho de conselheiro hidrocefalo, não há ricoço pândego, traficante odiento, clinco velho, bacharel vadio, amanuense inútil, que ao fazer a autópsia de si mesmo, reconhecendo se falho, não tenho apelado para este hospício de S. Bento (o parlamento), onde o não ter cabeça rende três mil reis por dia, sobre as vantagens de não ir preso, e de se poder arranjar, ás tensas da eleição, para o resto da vida, uma chuchadeira burocrática.

Antigamente mettam-se os microcefalos nos asilos. Os conselheiros que tinham filhos reclutam-nos no interior das suas casas, ou enviavam-nos aos hospitais, quando eles se tornavam perigosos. Agora, os partidos monárquicos recrutam as suas turmas nessa galaxia de irresponsáveis; a política traz do fundo das regressões orgânicas das castas esses destroços de séres sem préstimo, nem tino; e o Estado galardaa a estupidez por forma a impô-la como um talento, e a exalçá-la como um virtude elevada raríssima...

(1890).

Flialho d'ALMEIDA.